

MANUEL SEVERIM DE FARIA E A "VIDA" DE JOÃO DE BARROS

RUBENS LEONARDO PANEGASSI*

Em seus *Discursos Vários Políticos*, publicados em Évora, no ano de 1624, Manuel Severim de Faria, além de se debruçar sobre temas como a importância do aumento da monarquia espanhola, a perfeição da língua portuguesa, as condições para o exercício da caça e de compor uma história da indumentária eclesiástica em Portugal, escreveu, também, a biografia de alguns dos mais notáveis autores portugueses, dentre os quais, Luís de Camões, Diogo do Couto e o antecessor de ambos, João de Barros. É relevante considerar, aqui, que leitura de seus *Discursos* deve ser articulada à especificidade de um contexto de crise política vivido em Portugal, no qual a invenção de uma tradição e a construção de uma memória se faz a partir da estabilização da figura de personagens relevantes e que possam ser recuperados como fonte de exemplo para a nação.

Com efeito, em sua *Vida de João de Barros, em que se discorre sobre os preceitos da História e perfeição com que escreveu as suas Décadas*, um dos livros que compõe os *Discursos*, Severim de Faria dá início ao relato sobre a vida deste personagem, assinalando o fato de que a República de Atenas, “*que entre os antigos foi a primeira que ensinou a honrar com prêmios públicos as virtudes excelentes dos cidadãos*” (FARIA, 1777-1788: III), não

* Professor da Universidade Federal de Viçosa e doutorando pela Universidade de São Paulo. Esta pesquisa contou com o apoio da FAPESP.

discriminava a atividade intelectual em detrimento da atividade militar. Em vista disso, a quantidade de monumentos construídos à memória de seus capitães não

era maior que a quantidade de monumentos erguidos à memória de seus escritores. Pelo contrário, eram os últimos ainda mais agalardoados que os primeiros, de modo que:

“[...] só a Demetrio Falereo, discípulo de Teofrasto, dedicaram mais de 300 em seu louvor; e muito maior cuidado puseram em escrever as vidas dos seus filósofos e oradores, que as dos príncipes e capitães da mesma república” (FARIA, 1777-1788: III).

Para Manuel Severim de Faria, havia um critério de valoração intrínseco à finalidade do trabalho, onde a milícia, além de ofuscar as virtudes individuais, ocupa-se da

“conservação de um só príncipe ou governador, que muitas vezes é um tirano da república”, à medida que, “na escritura, um só trabalha pela conservação de todos, e faz com ela viver na lembrança dos homens aqueles que pela pátria entregaram liberalmente as vidas, e conservando a memória das coisas passadas, dá regra para acertar nas futuras” (FARIA, 1777-1788: III-IV).

Desse modo, a partir da sugestão de uma oposição entre milícia e escrita, Manuel Severim de Faria nos faz pensar que na República de Atenas, tanto o escritor, quanto a escritura, estavam a serviço do bem público – a “conservação de todos” – enquanto a atividade militar estava a serviço de interesses particulares – “um só

príncipe”. Com isso, desenha uma tópica comum da literatura portuguesa: a antinomia entre armas e letras.

Luís de Sousa Rebelo nos ajuda a compreender a importância dessa tópica à medida que recupera sua trajetória no âmbito da história da literatura, não apenas em Portugal, mas, também, no ocidente. Segundo ele, a tópica remonta à religião pré-histórica indo-européia, na qual “o sistema cósmico, religioso e social se hierarquizava numa ordem trinitária de funções: a soberania, [...] a guerra e a fecundidade”, (REBELO, 1982: 195) onde a noção de soberania se apresentava intrinsecamente ligada à dualidade régia, ora mágica e terrificante, ora sábia e justa. “*Esta antinomia*”, explica Sousa Rebelo, foi incorporada pelos “*mestres da retórica romana*” e, ao longo da história, se recompôs na polarização “*sapientia*” e “*fortitudo*”, formulação que surgiu para qualificar a conduta dos grandes personagens latinos (REBELO, 1982: 196).

Com efeito, a tópica se difundiu principalmente através da pena de retóricos, tratadistas, panegiristas, oradores fúnebres, bem como de outros autores e conheceu terreno fértil no âmbito da civilização hispano-islâmica, ao passo que veiculava o ideal do monarca ilustrado, personagem efetivamente experimentado nesta sociedade. Entretanto, foi ao longo do Renascimento, que “*transmuda-se o tópico da sapientia et fortitudo no das armas e das letras*” para ganhar definitiva importância na Península Ibérica ao longo dos séculos XVI e XVII. Atento ao fenômeno, Rebelo faz notar que, por detrás

desta querela ideológica e literária, há uma asserção do direito de cidadania (REBELO, 1982: 196).

Com efeito, sobre Manuel Severim de Faria, sabe-se que foi presbítero, mestre em Artes e alcançou o grau de doutor em Filosofia e Teologia pela Universidade Jesuítica de Évora. Por volta dos vinte e seis anos foi alçado a cônego e, em seguida, chantre de Évora, cargos herdados de seu tio, Baltasar Faria Severim. Foi poeta e, ao que parece, um diligente antiquário, tendo, por isso, cultivado o gosto pela erudição arqueológica. É tido como polígrafo dotado de intensa curiosidade histórica, cujo amplo leque de interesses abarcava, praticamente, todos os domínios do conhecimento, desde a descrição geográfica dos lugares da Pátria até numismática portuguesa, genealogia nobiliária, história das universidades peninsulares, história da organização militar portuguesa ou a história dos cardeais portugueses.

Embora homem de carreira eclesiástica, vale notar que Manuel Severim de Faria tem sido apresentado pela historiografia, principalmente, como historiador e refinado erudito e que, enquanto colecionador de peças e objetos antigos, chegou a constituir o mais célebre gabinete de curiosidades de todo o reino. Por sua reputação, tornou-se uma referência para fidalgos e clérigos dos quatro cantos do império português, o que fez dele um interlocutor consciente da necessidade de se articular os diferentes lugares de um mundo colonial cada vez mais ameaçado no contexto da união dos reinos ibéricos sob um mesmo cetro (MEGIANI, 2005). Nesse sentido, enquanto historiador,

sua obra incorpora elementos inerentes a um horizonte intelectual comum à sua época e sua atmosfera mental.

Por sua vez, o que caracteriza de maneira mais efetiva essa atmosfera mental, seria um desgosto frente às condições políticas locais, sobretudo devido ao fato de que “*os portugueses sempre haviam tido monarcas naturais em suas duas dinastias anteriores, ambas implantadas mediante duras lutas com Castela*” (FRANÇA, 1997: 130). Daí o surgimento de uma produção historiográfica permeada de “orgulho nacional”, expresso numa corrente que assume um caráter de “resistência literária” e política, por meio da “*constante evocação dos heróis antigos*” (SERRÃO, 1990: 423). Onde uma obra como a *Monarquia Lusitana* vem à luz como a primeira tentativa de se elaborar a história integral da nação portuguesa, buscando suas raízes e a continuidade histórica circunscrita numa identidade étnica e geográfica de Portugal.

Por sua vez, Diogo Ramada Curto, atento a este momento de questionamento da identidade portuguesa, faz notar que é a produção literária quem se encarrega de atribuir significados e inventar uma tradição destinada a selecionar e impor sentidos às práticas de escrita, sobretudo diante do fato de que a escrita era moldada, também, por uma cultura política centrada em dádivas e mercês, onde a proteção oferecida não apenas desempenhava um papel de grande relevo, mas também traduzia as pressões sociais inerentes às proteções nobiliárquicas e lógicas de parentesco. Daí a necessidade

de notarmos, também, que um autor como Severim de Faria não deixava de se servir de seus escritos para difundir uma visão de mundo pontual, no intuito de interferir no debate político de seu tempo. Por isso, não seria fora de propósito atentarmos para o fato de que, se, por um lado, a invenção de uma tradição pode nortear a construção de um sentido para as práticas de escrita do passado, por outro, este procedimento não está desvinculado da especificidade de um contexto onde, por exemplo, a lógica de sucessão familiar dinamiza o embate na construção desses sentidos, tal como foi o caso do processo judicial movido por Antônio de Barros de Almeida contra João Batista Lavanha depois que este levava à prensa, em 1615, os manuscritos da *Quarta Década* (CURTO, 2009).

De todo modo, é notável o quanto o período no qual vigorou a monarquia dual afetou a estrutura sociocultural portuguesa, sobretudo ao passo que despertou problemas no âmbito do pensamento cívico, notavelmente por meio do “nacionalismo”. Para Luís de Sousa Rebelo, nesse contexto, o “*conceito nuclear do tópico das armas e das letras*” passa “*a acusar uma viragem de rumo*”, sobretudo em vista da especificidade dessas novas preocupações. Dessa inflexão, diz Rebelo, “*renasce o diferendo que opõe a superioridade da milícia, ou da acção, às letras, ou à vida contemplativa. A hora [...] voltava a ser a da aristocracia da espada*” (REBELO, 1982: 230).

Diante disso, fica evidente a tentativa de Manuel Severim de Faria reabilitar a figura de João de Barros pelo

alto serviço prestado à República através de sua arte. Entretanto, a proposta que o biógrafo de João de Barros leva a cabo revela exatamente a predominância do tema das armas em detrimento das letras apontado por Rebelo. Sobre isso, Severim de Faria é eloquente à medida que nos revela que o bom costume cultivado pela República de Atenas de honrar com prêmios públicos seus escritores.

A *Vida de João de Barros* de Manuel Severim de Faria tem sido considerada como a principal fonte para o estudo da biografia e da bibliografia de João de Barros. Da importância e notoriedade desta obra, António Baião atenta ainda para o fato de que nela, Severim de Faria se serviu de “*informações orais hoje impossíveis de adquirir*”. (BAIÃO, 1932: V) Importante, portanto, considerar, por um lado, o contexto “nacionalista” e a conotação civil a que o texto de Severim de Faria nos remete. Todavia, por outro lado, não se pode deixar de notar que para o biógrafo, João de Barros não apenas trabalhou por ilustrar a pátria, mas também, para deixar de seus naturais gloriosa memória. Ou seja, Manuel Severim de Faria reconhece o aspecto mnemônico que a obra de João de Barros evoca.

Ora, a reabilitação da figura de João de Barros está articulada ao seu trabalho dedicado à memória de seus naturais. Com efeito, a memória, em sua dimensão coletiva, tem sido posta em jogo, historicamente, na luta das forças sociais pelo poder. Sob esta perspectiva Jaques Le Goff nos alerta para o fato de que:

“[...] tornar-se senhores da memória e do esquecimento é uma das grandes preocupações das classes, dos grupos, dos indivíduos que dominaram e dominam as sociedades históricas” (LE GOFF, 2003: 422).

Diante disso, no embate sobre os sentidos do passado, é possível compreender a construção da figura desse autor no âmbito de uma carreira individualizada e a serviço do rei, em oposição às lógicas de sucessão familiar, tão evidentes na já mencionada disputa judicial movida contra João Batista Lavanha.

Em suma, diante de seu aspecto de síntese física e moral, a “vida” contribuiu para o surgimento de uma imagem estável do autor. Imagem, que no seio de uma cultura construída sobre um imperativo pautado na imitação, constituía-se também como exemplo a ser seguido (ALCIDES, 2007).

Com efeito, a celebração de um herói em um momento de crise de confiança nacional, ou de desgosto em função das condições políticas locais e conjunturais, pode nos remeter à hipótese da existência de uma compensação cultural constituída pela publicação de obras destinadas a inventar ou manipular a memória dos heróis do passado. Com efeito, se a escrita é um instrumento destinado a interferir no debate político, estas celebrações do passado podem ser compreendidas como uma das possíveis respostas frente à situação de crise no plano político.

No caso de João de Barros, a *Vida* atesta sua proximidade com Dom João III uma vez que, de acordo

com o escrito de Manuel Severim de Faria, o rei Dom Manuel o entregaria “*ao príncipe Dom João por seu moço de guarda-roupa, quando lhe assentou casa*” (FARIA, 1777-1788: VIII). Vale notar que esta relação doravante inextrincável assinalará o caráter da obra de João de Barros, uma vez que não é possível “*analisar o discurso histórico independentemente da instituição em função do qual ele se organiza*” (CERTEAU, 2000: 71). Entretanto, sem perder de vista nosso foco na construção da imagem de João de Barros enquanto um cortesão exemplar, vale sublinhar que o privilégio a ele concedido não apenas lhe confere a dignidade de uma estreita relação com o príncipe Dom João, mas, sobretudo, vem coroar sua diligência como homem de corte.

Efetivamente, a *Vida de João de Barros* nos apresenta uma figura bem acabada do homem de corte, sobretudo em vista de alguns aspectos de sua trajetória, tais como sua origem irredutivelmente nobre, a residência na corte desde a mocidade, sua proximidade com o rei e sua sólida formação erudita, tendo em vista ter aprendido:

“[...] a língua latina e grega, e as ciências matemáticas e letras humanas com grande perfeição. Entre os poetas se deu mais à lição de Virgílio e Lucano, e nos historiadores à de Salustio e Lívio” (FARIA, 1777-1788: VIII).

A importância da formação do cortesão deve ser compreendida, portanto, no âmbito de um espaço onde o “*trato dos príncipes e a comunicação das pessoas que andão junto a eles*” (CURTO, 1997: 111) é o primeiro e

principal exercício. Do ato de comunicação na corte e sua relevância é o próprio João de Barros quem nos dá seu testemunho. Segundo ele, a “*conversação de homens especiais e de grandes qualidades*” constitui o essencial do “*saber cortesão*” (BARROS, 1983: 56).

Entretanto, além das condições e das etapas que devem ser galgadas pelo cortesão ideal, tais como, a de possuir uma origem nobre, residir na corte desde a mocidade, ter proximidade com o rei e ter uma sólida formação, Diogo Ramada Curto assinala que o serviço nos cargos da guerra é um passo importante na carreira ideal do homem de corte (CURTO, 1997: 112). Em vista disso, faz sentido que, na composição da carreira exemplar de João de Barros, Manuel Severim de Faria tenha sugerido que Dom João III nomeara o historiador para servir na capitania da Mina (FARIA, 1777-1788: X). Asserção que, muitas vezes, ecoa na historiografia dedicada ao autor das *Décadas*, como é o caso do artigo assinado por Rafael Moreira e William M. Thomas, publicado na revista *Oceanos* – dirigida por António Manuel Hespanha –, onde os autores afirmam que João de Barros governara São Jorge de Mina entre 1522 e 1525, ou no livro *O redemunho do horror*, de Luiz Costa Lima, no qual o autor nos assegura que João de Barros foi agraciado com a Capitania da Mina (MOREIRA e THOMAS, 1996: 102; LIMA, 2003: 41).

De fato, tendo em vista a dignidade que Manuel Severim de Faria empresta a João de Barros, seria natural que ele tivesse ocupado tal cargo. Não se pode perder de

vista que, nesse contexto, a representação ideal de vida civil não deve prescindir dos padrões de honra e dignidade que, ao menos em tese, devem caracterizar o personagem em questão. Todavia, nesse ponto específico da trajetória do historiador quinhentista – em que ele teria capitaneado a cidade de São Jorge da Mina –, é possível revisar, com segurança, a afirmação de Severim de Faria e sugerir um redimensionamento da efetiva dignidade do historiador quinhentista.

Nossa hipótese, aqui, é de que esta deve ser a chave de leitura com a qual devemos compreender a afirmação feita por Manuel Severim de Faria, de que o rei Dom João III teria designado João de Barros para capitanear a Fortaleza de São Jorge da Mina, uma vez que tal cargo corresponderia à dignidade da nobreza de João de Barros.

Somemos a isso o fato de que, segundo Américo da Costa Ramalho João de Barros teria tomado contato com a cultura renascentista “*em parte como autodidata*”, além de sustentar que o historiador quinhentista foi um fraco helenista (RAMALHO, 1996).

Desse modo, João de Barros, embora conhecesse bem o latim, não dominava profundamente o grego. Além disso, sua atividade ligada à mercância, e não às armas, é outro elemento que nos permite redimensionar a figura deste humanista. Segundo António Borges Coelho, a nomeação de João de Barros para as funções de tesoureiro da Casa da Mina, tesoureiro da Casa da Índia e tesoureiro-mor de Ceuta “*legítima a hipótese da ligação de Barros, por via materna, com os homens de negócio de Lisboa*”.

Por fim, a observação de Borges Coelho nos coloca diante de um último elemento da *Vida de João de Barros* que nos chama a atenção mais por sua ausência que por sua presença: a figura materna do historiador quinhentista (COELHO, 1992:28).

Se, como sugeriu Emmanuel Le Roy Ladurie, havia uma classificação hierárquica das várias figuras de cortesãos fixadas em aspectos distintivos, onde as diferenças entre o bastardo e o legítimo ganhavam sentido e serviam para marcar a posição ocupada pelo cortesão na estrutura social (LADURIE, 1994), é possível compreendermos o exercício retórico produzido por Manuel Sevarim de Faria com um instrumento elaborado para a diluição desta mácula. Seria, então, a *Vida de João de Barros* uma tentativa de escamotear sua condição de bastardo? Sem resposta possível, podemos apenas especular sobre o fato de que a estabilização da figura do autor das *Décadas* deveria obedecer a um rígido critério de seleção daquilo que o deveria caracterizar diante de uma necessária credibilidade desse personagem e, conseqüentemente, de sua obra, frente a seus iguais.

Rreferências bibliográficas

ALCIDES, Sérgio. *Desavenças*. Poesia, poder e melancolia nas obras do doutor Francisco de Sá de Miranda. Tese de Doutorado. São Paulo: FFLCH-USP, 2007.

BAIÃO, António. “Introdução”. In: BARROS, João de. *Ásia de Joam de Barros*. Dos feitos que os portugueses fizeram no descobrimento e conquista dos mares e terras

do oriente. Quarta edição revista e prefaciada por António Baião. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1932 (Edição fac-similar Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1998).

BARROS, João de. *Ropicapnefma*. Reprodução fac-similada da edição de 1532. Leitura modernizada, notas e estudo de I. S. Révah. 2 Volumes. Lisboa: Instituto Nacional de Investigação Científica, 1983.

CERTEAU, Michel de. *A escrita da história*. Trad. Maria de Lourdes Menezes; revisão técnica de Arno Vogel. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000.

COELHO, António Borges. *Tudo é mercadoria*. Sobre o percurso e obra de João de Barros. Caminho, 1992.

CURTO, Diogo Ramada. “A cultura política”. In: MATTOSO, José (direcção). *História de Portugal*. Terceiro Volume: No alvorecer da Modernidade. Lisboa: Editorial Estampa, 1997.

_____. *Cultura imperial e projetos coloniais (séc. XV e XVIII)*. Campinas/SP: Editora da Unicamp, 2009.

FARIA, Manuel Severim de. *Vida de João de Barros por Manuel Severim de Faria e indice geral das quatro décadas da sua Ásia (1624)*.- Nova ed. - Lisboa : Na Régia Officina Typografica, 1777-1788.

FRANÇA, Eduardo D’Oliveira. *Portugal na época da Restauração*. São Paulo: Editora Hucitec, 1997.

LADURIE, Emmanuel Le Roy. *O Estado monárquico, França, 1460-1610*. Trad. Maria Lúcia Machado. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

LE GOFF, Jaques. *História e memória*. Trad. Bernardo Leitão *et alii*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2003.

LIMA, Luiz Costa. *O redemunho do horror: as margens do ocidente*. São Paulo: Editora Planeta do Brasil, 2003.

MEGIANI, Ana Paula Torres. “Política e letras no tempo dos Filipes: o Império português e as conexões de Manoel Severim de Faria e Luís Mendes de Vasconcelos”. In: BICALHO, Maria Fernanda e FERLINI, Vera Lúcia Amaral. *Modos de governar: ideias e práticas políticas no império português. Séculos XVI-XIX*. São Paulo: Alameda, 2005.

MOREIRA, Rafael e THOMAS, William M. “Desventuras de João de Barros primeiro colonizador do Maranhão – O achado da nau de Aires da Cunha naufragada em 1536”. In: *Oceanos. João de Barros e o cosmopolitismo do Renascimento*. Lisboa: Comissão Nacional para a Comemoração dos Descobrimentos Portugueses, nº 27 – julho/setembro, 1996. pp. 101-111.

RAMALHO, Américo da Costa. “João de Barros, humanista”. In: *Oceanos. João de Barros e o cosmopolitismo do Renascimento*. Lisboa: Comissão Nacional para a Comemoração dos Descobrimentos Portugueses, nº 27 – julho/setembro, 1996. pp. 68-73.

REBELO, Luis de Sousa. *A tradição clássica na literatura portuguesa*. Lisboa: Livros Horizonte, 1982.

SERRÃO, Joaquim Veríssimo. *História de Portugal*. Volume IV. Governo dos Reis Espanhóis (1580-1640). Lisboa: Editorial Verbo, 1990.